

Adoção internacional de crianças e adolescentes em Pernambuco nas últimas décadas.

[Adoção internacional em Pernambuco]

Bruna da Silva Barbosa

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro - BA, Brasil

Paulo José Pereira

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro - BA, Brasil

Nota de autor:

Título académico autor 1 [autor corresponsal]: Graduada em Ciências Sociais - Bacharelado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, mestranda em Gestão de Políticas Públicas na Universidade de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-4339-3654>. Correo electrónico: barbosabruna35@gmail.com

Títulos académicos autor 2: Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF na área de Probabilidade e Estatística. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4436-8304>. Correo electrónico: paulojosepereira@msn.com

Tipo de artículo:

Información sobre la investigación de la que se deriva: Este artigo de investigação científica se classifica como uma Pesquisa Quantitativa. Ele é derivado do projeto intitulado «Adoção em Pernambuco: a evolução do número de adoções internacionais na última década», financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). E foi realizada entre 01 de novembro de 2018 e 30 de abril de 2019. Área: Ciências Sociais Aplicadas. Subárea: Temas em Infância e Juventude.

Adoção internacional em Pernambuco

1. Indicação do veículo (periódico/conferência) ao qual o artigo será submetido;

Revista Latino-americana de Ciências Sociais, Infância e Juventude.

2. Link da página de instruções para autores do veículo selecionado para publicação;

<https://revistaumanizales.cinde.org.co/index.php/conoc/guia-para-os-autores-e-para-as-autoras>

3. Conteúdo do artigo:

Resumo

Este trabalho pretende estudar a adoção internacional como uma ferramenta que visa garantir às crianças e adolescentes brasileiras o direito à convivência familiar e comunitária no século XXI. O estudo tem caráter exploratório e utiliza metodologia quantitativa para analisar as adoções internacionais no Estado de Pernambuco entre os anos 1999 e 2019. Inicialmente foi realizado uma caracterização histórica acerca das adoções nacionais e internacionais, para investigar como este fenômeno se complexifica em relação às adoções internacionais. Na análise foram utilizados dados do Cadastro Nacional de Adoção e do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Como resultado, identifica-se que o perfil da adoção internacional, em nível nacional e em Pernambuco, apresenta perfil discreto, onde adotantes estrangeiros apresentam menores exigências em relação às características das crianças e adolescentes, comparado com os brasileiros.

Palavras chave: Adoção internacional, convivência familiar, crianças e adolescentes, direitos. (Scielo)

International adoption of children and adolescents in Pernambuco in recent decades.

Abstract

This paper aims to study international adoption as a tool that aims to guarantee Brazilian children and adolescents the right to family and community coexistence in the twenty-first century. The study has an exploratory character and uses quantitative methodology to analyze international adoptions in the State of Pernambuco between the years 1999 and 2019. Initially, a historical characterization of national and international adoptions was carried out to investigate how this phenomenon becomes complex in relation to international adoptions. The analysis used data from the National Adoption Registry and the Pernambuco Court of Justice. As a result, it is identified that the profile of international adoption, at the national and Pernambuco level,

Adoção internacional em Pernambuco

presents a discrete profile, where foreigners have lower demands in relation to the characteristics of children and adolescents, compared to Brazilians.

Keywords: International adoption; family coexistence; children and adolescents; rights

Adopción internacional de niños y adolescentes en Pernambuco en las últimas décadas

Resumen (analítico)

Este artículo tiene como objetivo estudiar la adopción internacional como una herramienta que tiene como objetivo garantizar a los niños y adolescentes brasileños el derecho a la convivencia familiar y comunitaria en el siglo XXI. El estudio tiene un carácter exploratorio y utiliza metodología cuantitativa para analizar las adopciones internacionales en el Estado de Pernambuco entre los años 1999 y 2019. Inicialmente, se realizó una caracterización histórica de las adopciones nacionales e internacionales para investigar cómo este fenómeno se vuelve complejo en relación con las adopciones internacionales. El análisis utilizó datos del Registro Nacional de Adopciones y del Tribunal de Justicia de Pernambuco. Como resultado, se identifica que el perfil de adopción internacional, a nivel nacional y en Pernambuco, presenta un perfil discreto, donde los extranjeros tienen menores demandas en relación con las características de los niños y adolescentes, en comparación con los brasileños.

Palabras clave: Adopción internacional; convivencia familiar; niños, niñas y adolescentes; derechos.

Introdução

A adoção, prática hoje universal, se caracteriza pelo acolhimento familiar de crianças e adolescentes como filhos, lhes concedendo todos os direitos de um filho biológico. Pelo campo constitucional é conceituada como "o ato jurídico pelo qual uma pessoa recebe outra como filho, independentemente de existir entre elas qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afinidade" (Pereira, 2007, p. 392). No entanto, para além desse conceito legal, alguns autores ressaltam que o ato de adotar deve ser visto por outras óticas. Mariano e Rossetti-Ferreira (2008) indicam que essa prática possui bases legais, socioculturais e psicológicas, portanto, é importante analisá-la por essas três óticas, envolvendo não somente as crianças e os adolescentes, mas também as famílias de origem e adotivas a vivenciarem o processo junto aos profissionais da

Adoção internacional em Pernambuco

área psicológica e de assistência social.

Diferente da atualidade, ao longo da história construiu-se a ideia da adoção como forma de caridade, apresentando um perfil assistencialista, realizado desde a colonização por famílias com melhores condições econômicas (Noé & Verner, 2021). Assim, durante anos no Brasil, buscou-se atender o interesse dos adultos, que por vezes se julgavam “caridosos” ao adotar crianças e adolescentes, geralmente de classe inferior à sua. Por anos não existiram no país mecanismos para regulamentar a prática, ou seja, elas aconteciam informalmente, e com frequência até por acordo entre a família de origem e a adotiva. Prática essa que foi denominada como “adoção à brasileira” ou adoção direta.

Com base na revista de Audiências Públicas do Senado Federal (Em Discussão, 2013), a prática consiste na maneira em que a família biológica “dá” a criança para outra pessoa ou quando um indivíduo registra o filho alheio como se fosse seu. Um exemplo famoso que aconteceu no país e foi apresentado na revista, é a adoção de Maria Estela nos anos 50, pelo então presidente Juscelino Kubitschek e sua esposa, na época, a criança foi morar com o casal por decisão dos pais biológicos. Esta prática esteve arraigada na cultura do país e ainda existe mesmo com todos os entraves da justiça considerando-a um crime previsto no artigo 242 do Código Penal, principalmente em lugares pequenos e afastados. Esse ato ilegal se afasta do modelo legal de adoção proposto atualmente, que se baseia na busca de uma família para uma criança ou adolescente que não tenha. Sobre essa modalidade, Noé & Verner (2021) discorrem que:

Entende-se por “adoção à brasileira” ou direta, a adoção que ocorre fora de qualquer controle judicial ou institucional, ou seja, um “modo pelo qual a mãe ou a família biológica “dá” a criança para outra pessoa, escolhida por ela, à margem dos trâmites legais. Muitas vezes, o casal adotante registra a criança como se fosse filho biológico.”

A prática da adoção direta no Brasil, tornou popular nos tempos da colonização. Famílias “adotavam” crianças em situação de pobreza extrema ou abandono e as criavam em troca de serviços domésticos prestados por elas. As crianças “adotadas” eram comumente conhecidas, no século XX, como “filhos de criação” e não tinham seus direitos resguardados por lei (p. 25).

Atualmente há um esforço para promover a ideia de defesa dos direitos de meninas e

Adoção internacional em Pernambuco

meninos sem amparo de uma família por meio da adoção, e abandono de práticas que atendam apenas os interesses dos adultos. Nessa perspectiva, o desembargador Luiz Carlos Barros Figueiredo (1998) ressalta que o ato de adotar não deve ter viés caritativo, pois a adoção é uma forma de possibilitar o direito à família para quem não tem. Ou seja, não se busca uma criança ideal para atender as necessidades da família, mas sim uma melhor família para a criança.

Breve histórico da adoção no país

No Brasil, apesar da adoção já existir há anos e ser bem comum, ela demorou a ser institucionalizada. Foi apenas com o Código Civil de 1916 que pequenos passos foram tomados acerca do assunto, a partir deste momento a adoção passou a ser um contrato sem interferência do Estado feito apenas entre as partes envolvidas (pessoa com a guarda do menor e adotante). Os principais pré-requisitos para adotar, eram: ser casado, ter mais de 50 anos e não possuir filhos biológicos. Além disso, era necessário o consentimento da pessoa que tinha a guarda da criança. Mais adiante, outro passo para institucionalizar a adoção veio em 1957 quando surgiu a Lei 3.133 que modificou critérios do Código Civil, com ela a adoção passou a ser irrevogável, no entanto, ainda havia restrições ligadas ao nascimento de filhos biológicos. Outro marco aconteceu em 1988, com o artigo 227 da Constituição, que concedeu aos filhos adotivos os mesmos direitos que os biológicos.

Mas foi apenas em 1990, quando entrou em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se começou a dar um foco principal à criança, visando a proteção e manutenção de seus direitos. De acordo com a Lei 8.060, que dispõe sobre o ECA, toda criança e adolescente,⁹ sem distinção, têm pleno direito à prioridade absoluta, sobretudo no que se refere ao direito por convivência familiar e comunitária (Lei 8.060/1990):

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Adoção internacional em Pernambuco

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. [Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016](#)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Lei nº 8.060, 1990, arts.3º e 4º, pp. 10-11).

Após 19 anos do ECA, foi sancionada a Lei de Adoção em 2009, nº 12.010, que reforçou ainda mais os princípios do ECA. Ela trouxe novas propostas e regulamentações para o campo da adoção, como: novas regras para quem pretende adotar e a adesão de um cadastro nacional, que de acordo com o Conselho Nacional de Justiça tem por objetivo agilizar os processos de adoção por meio do mapeamento de informações unificadas sobre crianças aptas a serem adotadas e pretendentes a adotar.

Lançado em 2008 e com existência até 2019, o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) tinha como objetivo auxiliar todo processo de adoção. Nesse cadastro estavam incluídas todas as crianças e adolescentes aptos a serem adotadas, assim com os pretendentes aptos a adotar. Por isso, era necessário que toda pessoa que estivesse em processo de adoção fosse cadastrada nesse sistema, onde poderia informar características da criança desejada e ficaria em uma fila aguardando uma criança com perfil de interesse. O CNA ficou ativo até o ano de 2019, pois após essa data houve uma mudança no sistema, que passou a se chamar Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Essa nova ferramenta é resultado da união entre o CNA e o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA).

No ano de 2019, o CNA registrava 42.017 (em 29/01/2019) pretendentes nacionais cadastrados aptos a adotar, apenas à espera de um contato para concretizar seu desejo. Espera que poderia demorar meses ou até anos, dependendo do perfil de criança informado pelos adotantes. Sobre os adotantes nacionais, uma pesquisa realizada pela revista “Em Discussão”

Adoção internacional em Pernambuco

(2013) mostrou que a grande maioria se constitui por casais de meia-idade e de classe média. Assim, tendo em vista o perfil característico dos pretendentes e a demora em concluir o processo, questionamentos acerca das motivações atuais que levam pessoas a adentrarem essa longa lista se mostram pertinentes ao debate.

Significado de maternidade e paternidade

A maternidade e a paternidade sempre fizeram parte integralmente da vida do ser humano, por anos a crença de que só haveria uma verdadeira família com a presença de filhos foi e ainda é alimentada. Este pensamento foi constantemente influenciado pelas religiões, principalmente a católica que organizou um modelo familiar onde existem papéis sexuais e sociais para os integrantes. No entanto, a partir do século XX com os avanços da industrialização e urbanização vieram conquistas de liberdade sexual e social para as mulheres, como métodos contraceptivos e até a esterilização, trazendo para elas maior autonomia sobre suas vidas e corpos.

Assim, a maternidade passou de o único meio de realização pessoal para apenas uma opção dentre inúmeras possibilidades. Para os homens, mudanças também ocorreram. Mudanças que em sua maioria são influenciadas pelo enorme desejo masculino por crescimento profissional e até receios financeiros. Pois, a paternidade mal planejada ainda é para alguns homens associada a problemas financeiros e por isso tem a tendência a ser adiada.

Entretanto, mesmo com todas mudanças ocorridas nas últimas décadas, ainda existem pessoas que encontram motivações pessoais para serem pais, e que mesmo encontrando dificuldades farão o possível para realizarem seu desejo. Daí entra o papel dos métodos para realização desse anseio, quando não acontece de forma natural. Pelo fato da maternidade e paternidade ainda estarem fortemente associadas a laços biológicos, a tendência é que as pessoas busquem alternativas primeiramente nas técnicas de reprodução assistida para então procurarem a solução na adoção.

Vários autores envolvem em suas pesquisas discussões acerca das motivações que levam os indivíduos a quererem serem pais ou mães. Com base nos estudos de Delgado (2007) pode-se citar algumas destas motivações: estímulos psicológicos: quando a pessoa vê na maternidade e paternidade algo essencial em sua vida; social: quando é vista como resposta às expectativas sociais ou biológicas; como vontade de “continuidade genética”: para perpetuar as gerações

Adoção internacional em Pernambuco

seguintes; e até na tentativa de resolver problemas conjugais do casal. A partir dessas motivações, tendo em vista que nem todos conseguem realizar seu desejo de maneira natural, a adoção surge como uma esperança na vida dessas pessoas.

Com isso, dúvidas são geradas sobre qual o real objetivo da adoção, e os direitos de quem está sendo priorizado. Mesmo que não se duvide que a adoção seja um ato de amor, pessoas que já adotaram e principalmente as que já possuem outros filhos biológicos afirmam que não há diferenciação entre eles. Sobre isso, Maux & Dutra (2010) dizem:

Embora não possamos negar a existência e atuação dos fatores biológicos na história de desenvolvimento de cada um de nós, os depoimentos de pais adotivos, muitos destes ilustrados no livro *Filhos adotivos, pais adotados: depoimentos e histórias de escolhas*, mostram que a aprendizagem do amor pode ser mais importante (WEBER, 2007). Não podemos esquecer, contudo, que o filho adotivo não tem garantido, diante da família adotiva, seu certificado de pertença a mesma (ou seja, o sangue), precisando garantir, a partir das relações afetivas desenvolvidas com os familiares, que também é membro daquele núcleo (p. 367).

Nesse sentido, a legislação atual busca entender o papel do desenvolvimento de vínculos afetivos para a existência de uma família, para além dos laços sanguíneos, assim como destacam Noé & Verner (2021):

doutrinadores sustentam o fato de que não existe paternidade, sendo esta biológica ou afetiva, que possa ser exercida sem afeto, demonstrando de maneira clara que a afetividade passou a ser tratada como princípio fundamental do direito de família. Respeitar e preservar o vínculo afetivo tornou-se fundamental pois, em muitos casos, manter a criança junto à família natural pode não ser a melhor opção.

O dito popular “pai é quem cria”, ganhou significado na legislação atual que, com as novas transformações no âmbito da família, vem se adaptando. O contrário causaria um retrocesso muito grande. O afeto utilizado como ferramenta na construção de relações familiares saudáveis, ajuda no suporte e desenvolvimento da criança (p.23).

Adoção internacional em Pernambuco

Ou seja, ao longo dos anos há indicações em que houveram mudanças no significado de família. Contemporaneamente a adoção vem sendo trabalhada por perspectivas mais voltadas à afetividade e respeito pelos direitos da criança ou adolescente (Veloza-Morales et al., 2023), e não mais com sentido de caridade ou obrigação.

Atual processo de adoção no Brasil

O atual processo de adoção é longo e possui alguns passos, desde que a pessoa que pretende adotar se encaixe no perfil (ter mais de 18 anos e for pelo menos 16 anos mais velho que a criança adotada), ela deve manifestar o desejo de adotar procurando a Vara da Infância e da Juventude da cidade e apresentar as documentações necessárias. A partir daí, entrevistas sociais serão feitas a fim de analisar as condições do ambiente familiar e as vantagens financeiras e estruturais que poderiam ser apresentadas para a criança. Com o pedido aprovado, o adotante será inscrito no SNA, onde poderá informar dados específicos da criança ou adolescente que deseja adotar. Até essa criança ou adolescente aparecer o adotante passa por cursos de preparação psicossocial.

Para a criança e o adolescente, desde a destituição da família de origem até a adoção em si o caminho é longo e bastante doloroso. Que se inicia no acolhimento institucional, onde a criança vai para um abrigo e fica lá até ser adotada. Dependendo do perfil e histórico da criança ela pode passar anos de sua vida no abrigo sem perspectiva nenhuma de ser adotada ou até iniciar o processo de adoção com alguma família, mas ser devolvida.

Para quem pretende adotar deve estar preparado para aguardar, principalmente se a criança desejada possuir menos de três anos e com características específicas, como cor de pele branca, sem doenças ou deficiências. Essa espera geralmente se torna alvo de críticas pelos adotantes ansiosos com a chegada da criança.

A adoção internacional no país

Pensando na história da adoção internacional no Brasil, é possível notar que houve muitas mudanças em seus números nos últimos anos. Essas oscilações ocorreram principalmente entre

Adoção internacional em Pernambuco

as décadas de 80 e 90, e foram estudadas como fenômenos sociais pela antropóloga Cláudia Fonseca (2006). Em seu estudo ela nota uma queda no número de adoções internacionais no Brasil entre esses anos, e atribui essa queda a três possíveis explicações: 1) flutuações no mercado internacional de adoções internacionais; 2) pressão exercida pela legislação brasileira que buscou regulamentar ainda mais a adoção internacional e 3) relacionado às oscilações da opinião pública que tanto prestigiava quanto estigmatizava. Para ela, essas hipóteses não se excluem, pelo contrário, podem estar bem interligadas.

Quando Fonseca (2006) fala em flutuações no mercado internacional de crianças adotáveis no Brasil entende-se que se trata em “lei de oferta e procura”, que pode ser vista quando se observa a diminuição nos números de crianças brasileiras adotáveis ao longo dos anos, em consonância com o aumento dos pretendentes. Essa diminuição pode advir de vários fatores, dentre eles; a ascensão de métodos contraceptivos e o surgimento de novos países no mercado de adoções internacionais.

O fato da legislação estar melhor regulamentada no âmbito da adoção internacional se conecta com a opinião pública em relação a ela. Pois, os escândalos na mídia ao longo dos anos 80 e 90 relacionando a adoção internacional à prostituição infantil, escravidão e tráfico de órgãos humanos foi algo que pressionou bastante a legislação brasileira a adotar mecanismos que burocratizasse ainda mais as adoções internacionais, a fim de proteger a criança. Foram elas: a proibição da adoção “privada”; exigindo agora que elas fossem passadas pelo juizado de menores, proibição da adoção por procuração, obrigatoriedade que pretendentes internacionais passem pelo período probatório com a criança e a prioridade aos pretendentes nacionais.

No entanto, apesar dessas problemáticas apresentadas por Fonseca (2006), percebe-se que dados e informações sobre adoções são mais abundantes quando se trata da modalidade de adoção internacional, em comparação com as nacionais (Fonseca, 2019). Fato esse que se justifica por conta do controle de fronteiras nacionais e pelas regras rígidas para que uma adoção internacional se efetive.

Para regular e garantir a aplicação das novas leis, foi criado em 1992 as Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção Internacional (CEJA ou CEJAI). A partir daí as adoções internacionais ficaram sob a responsabilidade dessas comissões onde o pretendente estrangeiro precisaria se habilitar em uma comissão específica de algum estado e ficavam restritos a crianças do estado em questão. Desde a sua criação, as CEJA/CEJAI têm um papel muito importante

Adoção internacional em Pernambuco

principalmente para as adoções internacionais, sua atuação no país contribuiu para torná-las mais seguras garantindo a efetivação dos direitos da criança e de sua cultura. A prioridade aos pretendentes nacionais e a exigência que o estágio de convivência seja cumprido em território nacional são algumas medidas tomadas a fim de garantir à adoção internacional mais segurança, afastando preocupações relacionadas principalmente ao tráfico de crianças que assustou a população brasileira por anos.

Dessa maneira, passou-se a observar na adoção a criança como ponto principal das discussões. É importante que haja ainda mais debates e pesquisas comparando o número de crianças e adolescentes aptos a serem adotadas e o perfil delas com também os pretendentes e suas especificações para a criança desejada, a fim de encontrar mecanismos para fechar a conta existente entre eles, pois de acordo com Cadastro Nacional de Adoção são 4.328 crianças/adolescentes disponíveis para adoção em contrapartida com os 18.693 pretendentes nacionais disponíveis e 28 internacionais (Dados de maio de 2023).

Nesse sentido, o objetivo geral do artigo é analisar a evolução das adoções internacionais entre os anos de 1999 e 2019 no estado de Pernambuco, buscando avaliar com base nos dados e teorias os desafios e possibilidades na implementação das políticas de acesso ao direito à Convivência Familiar e Comunitária. Como objetivos específicos considera-se: 1. Descrever, comparar e analisar o perfil das crianças e adolescentes que os adotantes nacionais e internacionais têm maior preferência; 2. Apresentar quantitativamente como a adoção internacional foi desenvolvida no estado de Pernambuco nas últimas duas décadas; 3. Compreender por meio dos dados e da teoria como a adoção internacional é fundamentada legalmente no Brasil.

Assim, após a análise dos dados, conhecendo e comparando o perfil das crianças e adolescentes mais desejáveis pelos adotantes nacionais e internacionais, o trabalho apresenta e problematiza os instrumentos para garantir o direito da criança e adolescente à convivência familiar e comunitária, como o acolhimento institucional, e projetos que incentivem adoções tardias e de crianças e adolescentes com deficiência no estado de Pernambuco.

Apesar de já existir dados e bibliografias apresentando o cenário histórico da adoção, entendendo-a como ferramenta de garantia aos direitos à convivência familiar e comunitária pelas crianças e adolescentes brasileiras, o presente artigo se mostra original por trazer um estudo com dados longitudinais mais atuais de um estado específico no Brasil. Um estado que

Adoção internacional em Pernambuco

apesar de se destacar em relação às adoções em si, e também sobre implementação de estratégias para a promoção de adoções tardias e de perfis menos buscados pelos adotantes, ainda apresenta em seus dados anuais oscilações significativas, tanto nos números de adoções nacionais quanto nas internacionais. Nas Ciências Sociais, como em diversas áreas, entender uma realidade específica ajuda na compreensão e problematização das demais, além disso a ampliação de estudos na temática é muito importante para construção e aprimoramento das políticas de garantia ao direito à convivência familiar e comunitária para as crianças e adolescentes brasileiras.

Método

Para alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho de cunho exploratório apresenta uma abordagem quantitativa, e tem como materiais e métodos a pesquisa em fonte de dados primários e análise descritiva destes por meio do Microsoft Excel, além de revisão bibliográfica e da investigação acerca da legislação sobre a adoção internacional no Brasil. As fontes onde os dados foram retirados são: o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e outras pesquisas regionais. Com o auxílio destas ferramentas busca-se compreender e apresentar a evolução quantitativa das adoções internacionais no estado de Pernambuco nas últimas duas décadas, comparando os dois períodos mencionados.

No ano de 2019 houve uma mudança no sistema que controla as adoções no Brasil, representando a união do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), surge o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) gerido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O sistema tem o objetivo de auxiliar todo processo de adoção, e ajuda no monitoramento de indicadores referente a adoção e acolhimento. Nesse cadastro estão incluídas todas as crianças e adolescentes aptos a serem adotadas, e todos os pretendentes aptos a adotar. Como este trabalho limita a análise longitudinal até janeiro de 2019, foi considerado como fonte de dados o CNA, pois até o momento que os dados foram coletados ainda não havia ocorrido a mudança no sistema.

Neste processo de análise descritiva das adoções internacionais em Pernambuco, foi realizado também um recorte comparativo do perfil dos adotantes nacionais e internacionais cadastrados no CNA e das características das crianças e adolescentes desejados por eles, no

Adoção internacional em Pernambuco

período de 2019. A fim de discutir e problematizar com base em bibliografia pertinente essas informações, e verificando ainda as transformações ocorridas neste âmbito nas últimas décadas. As informações quantitativas foram dispostas em gráficos e tabelas, para facilitar a visualização dos dados e na elaboração da discussão e análise dos resultados.

Ademais, para ampliar esta compreensão acerca dos aspectos políticos e sociais da adoção internacional foi necessário também fazer uma análise histórica por meio de revisão bibliográfica, para entender essa movimentação internacional de crianças, e em que ela pode ter influenciado na legislação e nas políticas atuais. Para isso, se fez essencial a leitura de bibliografias que relatem acontecimentos relevantes para o campo da adoção internacional, e ainda o uso de dados informativos de sistemas de informações, como o do CNA. Nesse sentido, foi discutido, comparando com os dados, algumas políticas de acesso ao direito à Convivência Familiar e Comunitária no estado.

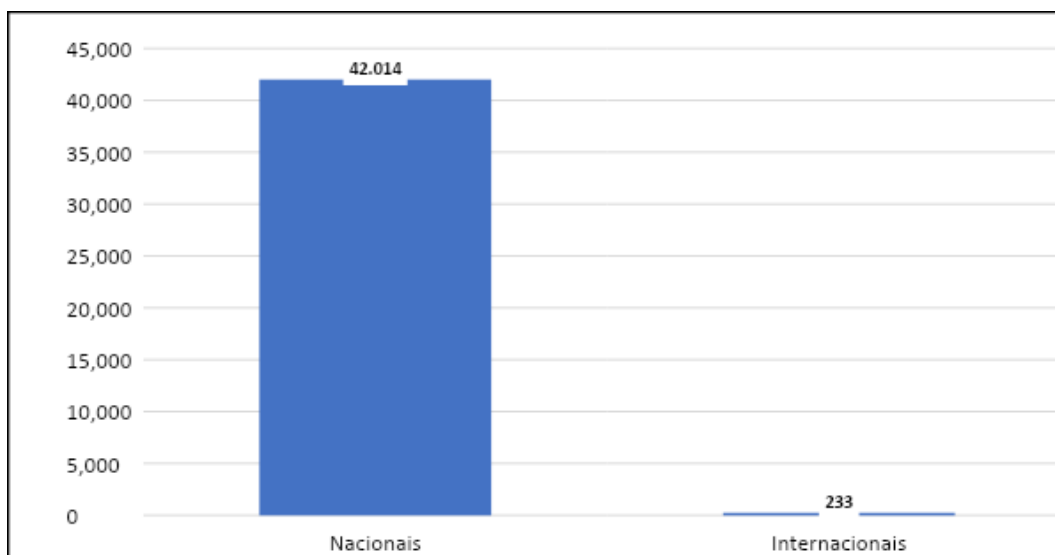
Resultados

Caracterização da criança desejada por pretendentes nacionais e internacionais

Ao analisar dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), comparando os aspectos dos pretendentes nacionais e internacionais, foi possível observar que em 2019 havia uma diferença significativa nos números dos futuros adotantes, sendo a discrepância de 41.781 pretendentes (gráfico 1). O fenômeno apresentado por meio dos dados foi estudado pelos âmbitos social e político por Fonseca (2006), quando em sua pesquisa, buscou entender o motivo da queda súbita no número de adoções internacionais entre os anos de 1986 a 2000. Para Taborda dos Santos (2012) essa diminuição no número de adoções internacionais decorre sobretudo dos desafios encontrados pelas instituições responsáveis por adoções internacionais no país, e pela vasta regulamentação existente, que acaba por se excluir do âmbito internacional.

Gráfico 1: Número de pretendentes nacionais e internacionais em janeiro de 2019.

Adoção internacional em Pernambuco



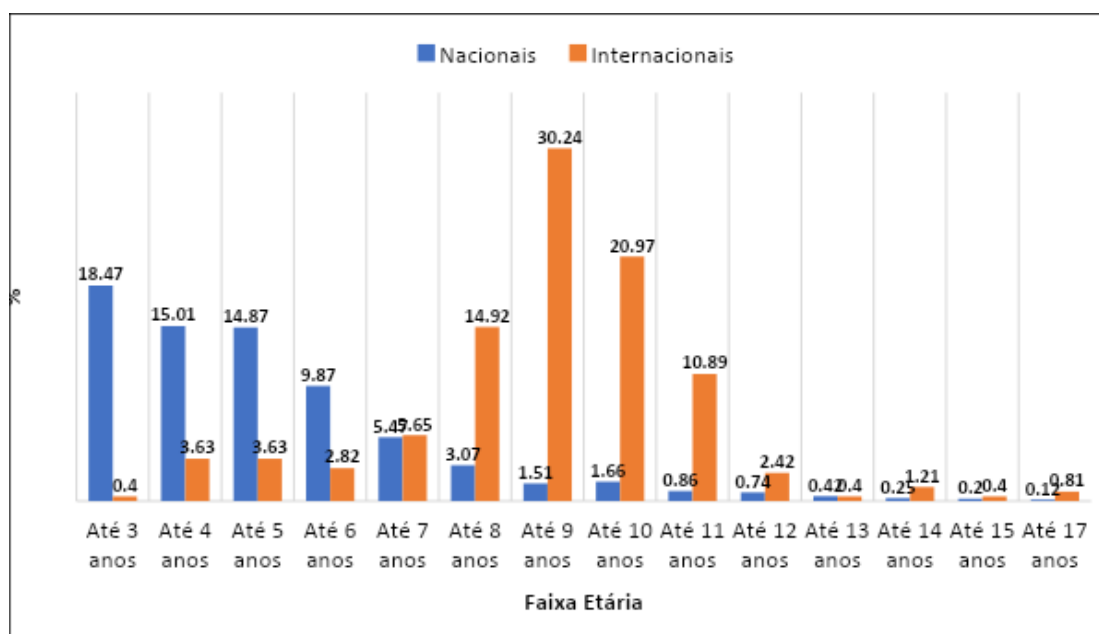
Fonte: Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em 28/01/2019.

Essa teoria abre alguns questionamentos acerca do perfil dos candidatos internacionais à adoção, considerando sobretudo se este perfil se aproxima dos pretendentes brasileiros, em relação às preferências pelas características das crianças e adolescentes, comparando: sexo, faixa etária, aceitação de grupo de irmãos e crianças com doenças. Estudos ampliam ainda mais essa discussão, como o feito por Mariano (2004) que analisa amostras de processos de adoção da Vara de Infância e Juventude de Ribeirão Preto, onde se indica que na maioria das adoções as crianças incluídas no estudo tinham até um ano de idade, e se enquadravam no perfil das crianças mais “almejadas” para adoção.

Com uma breve análise de dados e comparação feita no sistema do CNA nota-se que a preferência dos pretendentes nacionais em 2019 era para crianças com até três anos, sem doenças. Enquanto a preferência dos internacionais era maior por crianças com até nove anos de idade, com possibilidade de possuir alguma doença (como representado nos gráficos 2 e 3). Sobre sexo, os pretendentes internacionais se mostram mais indiferentes em comparação com os nacionais (Gráfico 4).

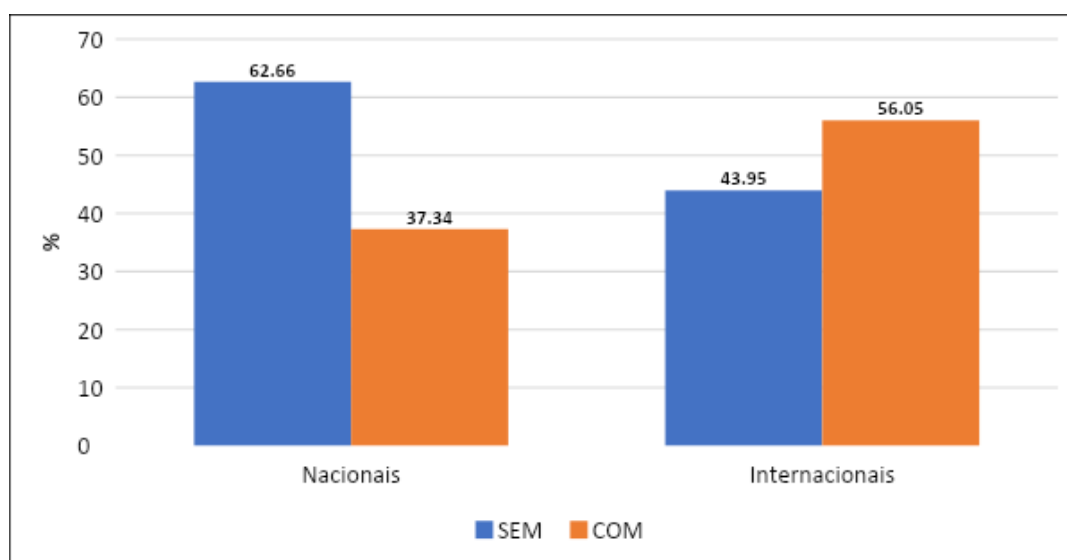
Gráfico 2: Preferência de pretendentes nacionais e internacionais por faixa etária.

Adoção internacional em Pernambuco



Fonte: Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em 28/01/2019.

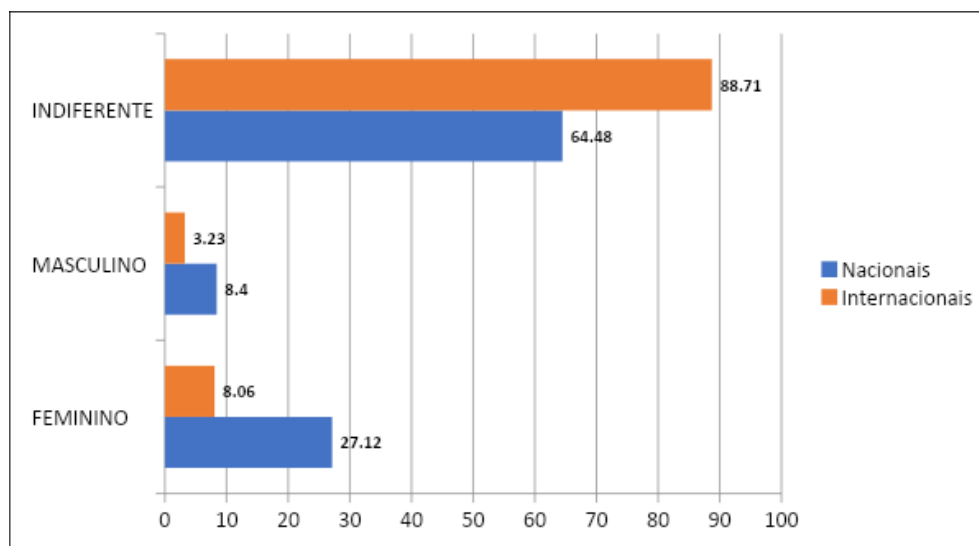
Gráfico 3: Preferência de pretendentes nacionais e internacionais para aceitar crianças com irmãos.



Fonte: Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em 28/01/2019.

Gráfico 4: Preferência de sexo por pretendentes nacionais e internacionais do CNA.

Adoção internacional em Pernambuco



Fonte: Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em 28/01/2019.

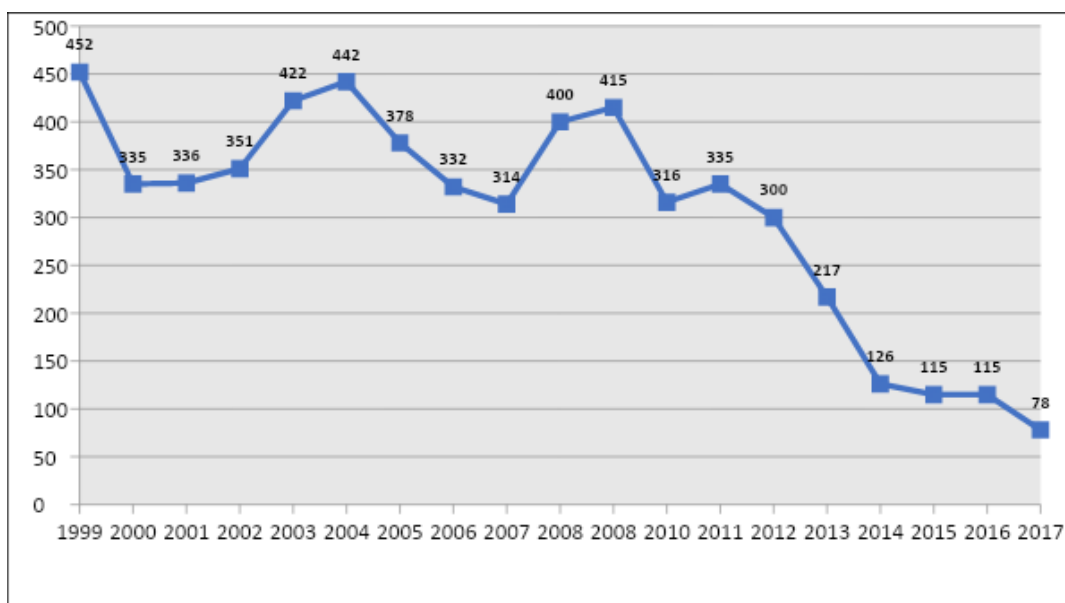
Adoção internacional no Brasil, seus auge e declínios

A adoção internacional no país passou ao longo dos anos por momentos de auge e declínios. Sua história esteve por anos marcada por estigmas que foram perpetuados de geração em geração, causando opiniões negativas sobre esse assunto, e até certo receio das autoridades responsáveis em promovê-las. Entretanto, ainda assim autoridades responsáveis pelo bem-estar de crianças e adolescentes existentes de alguns estados (CEJAs e CEJAI) mantiveram e reforçaram seus esforços para afastar os escândalos e promover as adoções internacionais. Pois, havia uma preocupação que essa instabilidade prejudicasse ainda mais as crianças que seriam adotadas por pais estrangeiros.

Um exemplo disso foi o fato de em 2015 o CNA ficar responsável também pela inclusão dos pretendentes internacionais na lista de adoção, mudança essa que visava agilizar o processo de adoção fazendo com que pretendentes internacionais não só mais ficassem restritos às crianças das comissões específicas em que estão habilitados, agora podendo ter acesso a todas as crianças disponíveis no Brasil. Aumentando assim o número de adoções internacionais no país. No entanto, mesmo com essa inclusão ainda nota-se que de 2015 até 2017 o número de adoções internacionais caiu (Gráfico 5).

Gráfico 5: Adoção internacional no Brasil entre 1999 e 2017.

Adoção internacional em Pernambuco



Fonte: ACAF (Autoridade Central Administrativa Federal) e PF (Polícia Federal).

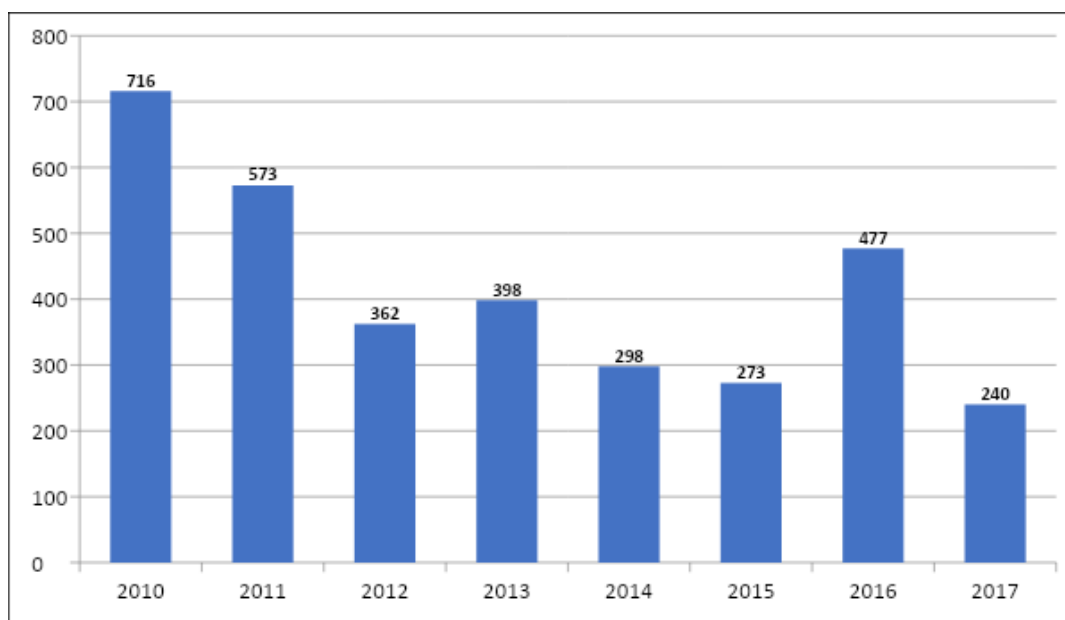
Caracterização das adoções no estado de Pernambuco.

No ano de 2017, de acordo com o jornal “Destak” de Recife (publicação de 09/05/2018) o estado de Pernambuco foi considerado o 5º estado brasileiro que mais promovia adoções, ficando atrás apenas do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. O estado ainda mantém seu destaque para as adoções de crianças com perfis menos procurados; crianças com mais de 3 anos, pardos e negros. No entanto, mesmo com esses avanços de ano para ano, o Pernambuco possui uma estatística que se assemelha ainda com a do restante do Brasil onde o número de pretendentes para o número de crianças disponíveis é muito maior. Discrepância significativa entre o número de pretendentes à adoção disponíveis no CNA em 2019, sendo 1.153 adotantes, em contrapartida com 198 crianças e adolescentes disponíveis no estado (dados de 13/03/2019).

Nos últimos 9 anos o número de adoções no estado de Pernambuco passou por queda e oscilações. Como observa-se no gráfico 6, o quantitativo passou de 716, em 2010, para 240 em 2017.

Gráfico 6: Número de adoções em Pernambuco de 2010 a 2017.

Adoção internacional em Pernambuco



Fonte: Tribunal de Justiça do Pernambuco

Programas e projetos no estado de Pernambuco

Além da inserção em 2014 dos pretendentes internacionais ao CNA a área de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Pernambuco (TJPE) junto a Comissão Estadual Judiciária de Pernambuco (CEJA-PE) também realizam programas que auxiliam na promoção das adoções no estado, principalmente as tardias. Ações essas que só se iniciaram a partir de um cenário de mudanças com a Lei Nacional de Adoção em 2009, onde os pretendentes começaram a passar por uma preparação jurídica e psicossocial ao adentrarem o Cadastro Nacional de Adoção.

O TJPE se destaca também pela criação de programas, ações e projetos visando orientar juízes e promotores para diminuir o tempo de acolhimento institucional que as crianças e adolescentes passam. Há programas focados nos grupos de irmãos que objetivam conscientizar os adotantes a manterem os vínculos entre irmãos, mesmo que adotados por outras famílias.

Além disso, o “Projeto Família” que teve início em 2008 é muito importante para a viabilização da busca ativa de crianças e adolescentes que ainda se encontram nas instituições de acolhimento. O projeto funciona como uma ferramenta de busca no site do TJ-PE para que os pretendentes possam ver algumas informações de crianças e adolescentes que já estão há bastante tempo no abrigo, informações que são atualizadas mensalmente.

Adoção internacional em Pernambuco

A ferramenta também funciona por plataformas online como Facebook e Youtube onde são postadas informações, fotos e até vídeos dessas crianças e adolescentes. Para assim viabilizar a busca de uma família para crianças e adolescentes que estão privados dessa convivência familiar fugindo um pouco do perfil tradicional que aparenta uma prioridade maior a atender o perfil desejado pelos pretendentes.

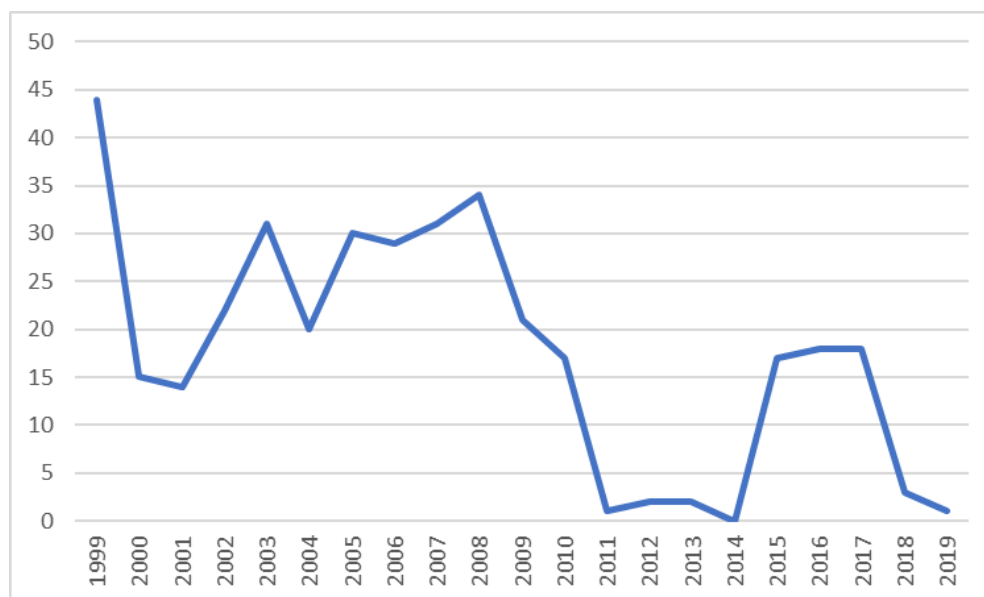
Adoção internacional no estado de Pernambuco

Desde a criação da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do estado de Pernambuco (CEJAPE) em 1993, houve uma maior preocupação em atender os interesses da criança e do adolescente nos processos de adoção. Com um sistema que visa centralização, cooperação e controle; quando estabelece procedimentos obrigatórios às autoridades responsáveis por adoções em vários países. Para assim, proteger a criança de passar por certas situações nas adoções internacionais.

Ao longo dos 30 anos de funcionamento dessa comissão, oscilações ocorreram nos números de adoções internacionais no estado. Como podemos observar nos dados do estado de Pernambuco que foram obtidos pela análise dos relatórios do TJPE. Eles mostram durante os anos de 1999 a 2019 uma tendência bem parecida com os dados do Brasil, como oscilações e quedas bruscas em alguns períodos, como podemos observar no gráfico 7.

Gráfico 7: Evolução das adoções internacionais no estado de Pernambuco no período de 1999 a 2019.

Adoção internacional em Pernambuco



Fonte: Tribunal de Justiça do Pernambuco - Infância e Juventude (acesso em abril de 2023).

Apesar do estado de Pernambuco mostrar uma evolução em relação a outros estados quando se trata de projetos de incentivo à adoção, ainda existe um pequeno número de adoções internacionais e uma relação grande de crianças disponíveis no CNA (196 crianças em 24/03/2019). Assim, entende-se que a questão da adoção (queda) não advém da grande demanda de crianças para o número de pretendentes. E sim de um problema mais cultural.

Cultural, pois em toda pesquisa percebemos que há certa preferência padronizada para o perfil das crianças pelos pretendentes nacionais e internacionais. Perfil esse que é construído pelos indivíduos de maneira cultural. Quando se alimenta ideais de que as crianças devem ter aparência parecida com dos pais adotivos ou que devem ser criados por eles desde a primeira infância, na intenção de que seja “mais fácil educá-las”, ou até para evitar convívio com a família de origem.

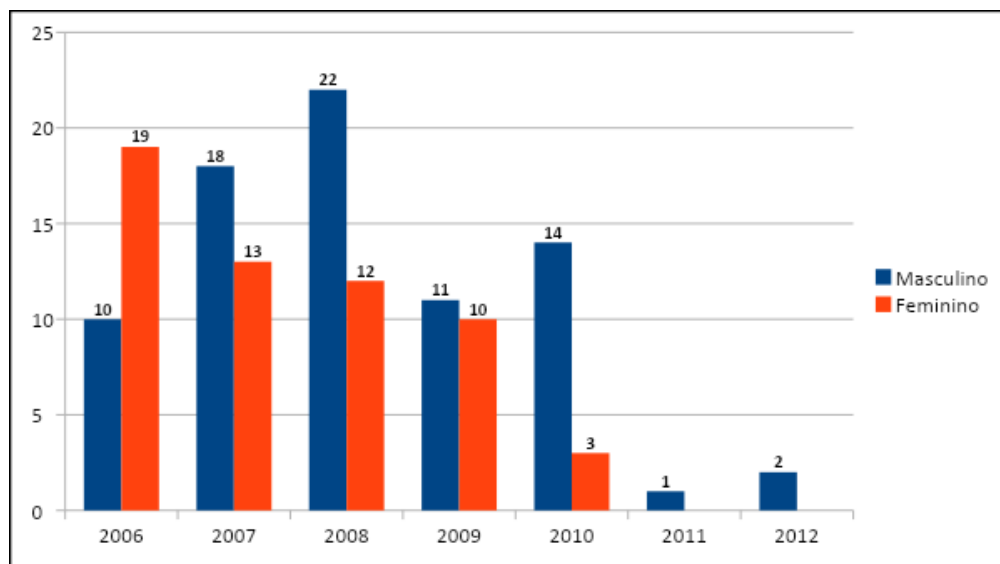
Sabendo que, a maioria das crianças existentes nos abrigos não se enquadra nesse padrão, é necessário entender esse fator como um possível responsável pela queda do número de adoções nos últimos anos e a permanência de crianças em abrigos por anos.

Ainda analisando esses aspectos, em 2013 a CEJA-PE publicou seu último relatório de gestão, que mostrou dados de anos anteriores sobre adoção internacional. Dados importantes para esta pesquisa, que mostram características das crianças do estado de Pernambuco adotadas

Adoção internacional em Pernambuco

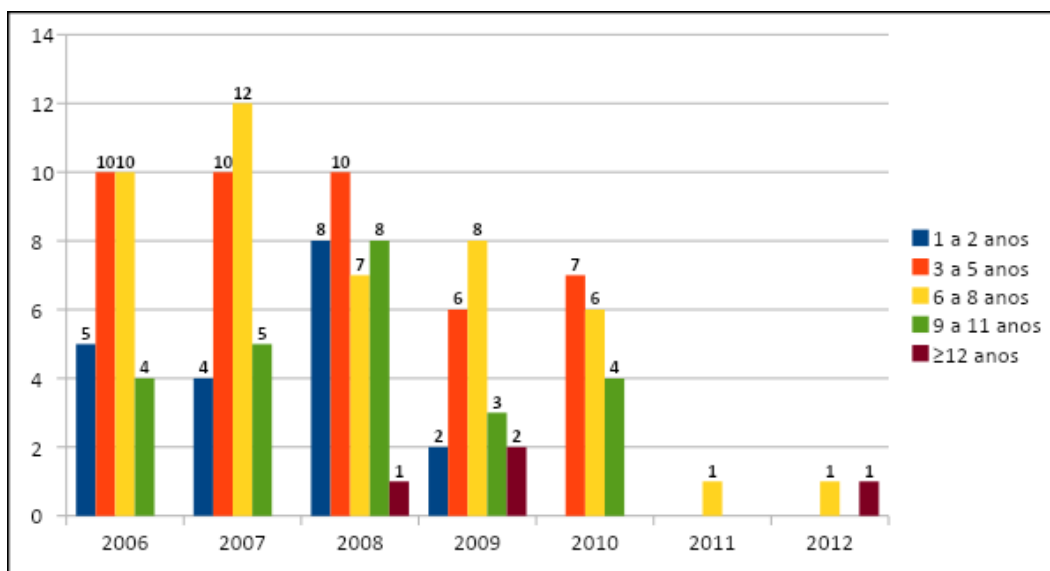
por pretendentes internacionais. Em relação ao sexo, faixa etária, cor de pele e doenças. Informações mostradas a seguir nos gráficos 8, 9, 10 e 11.

Gráfico 8: Número de crianças e adolescentes adotados quanto ao sexo entre 2006 e 2012.



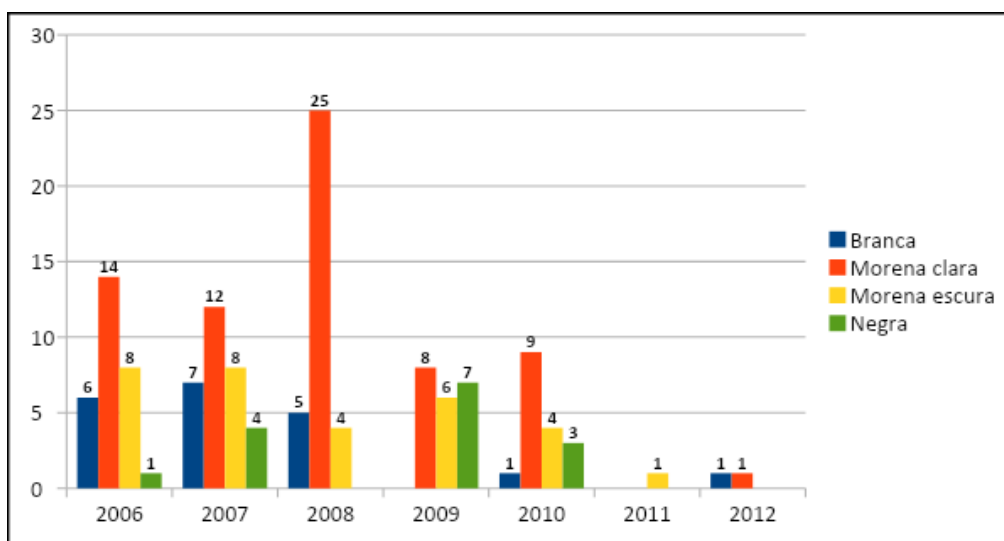
Fonte: Relatório de gestão feito pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA-PE (2013)

Gráfico 9: Número de crianças e adolescentes adotados quanto à faixa etária de 2006 a 2012.



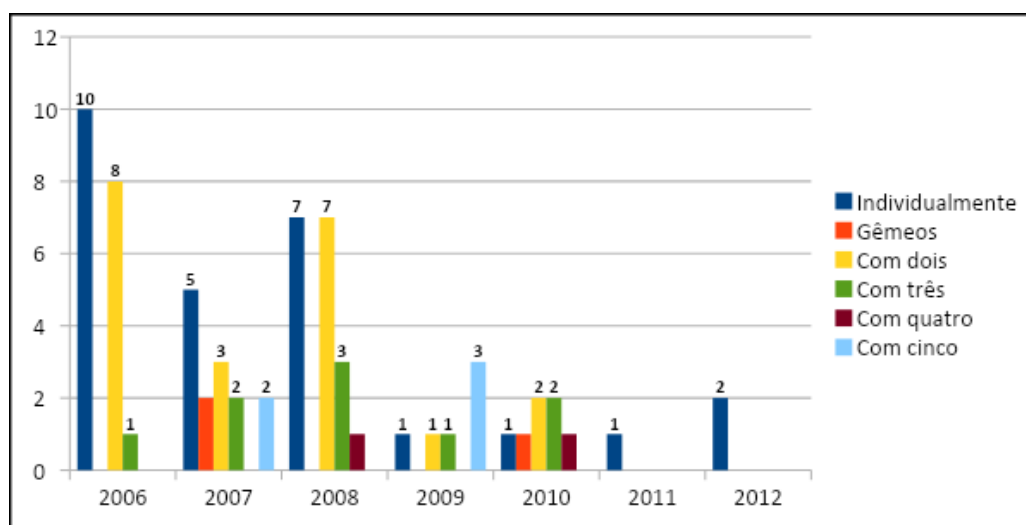
Fonte: Relatório de gestão feito pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA-PE (2013)

Gráfico 10: Número de crianças e adolescentes adotados quanto à cor da pele entre os anos de 2006 e 2012.



Fonte: Relatório de gestão feito pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA-PE (2013)

Gráfico 11: Número de crianças e adolescentes adotados individualmente ou em grupo de irmãos entre os anos de 2006 e 2012.



Fonte: Relatório de gestão feito pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA-PE (2013)

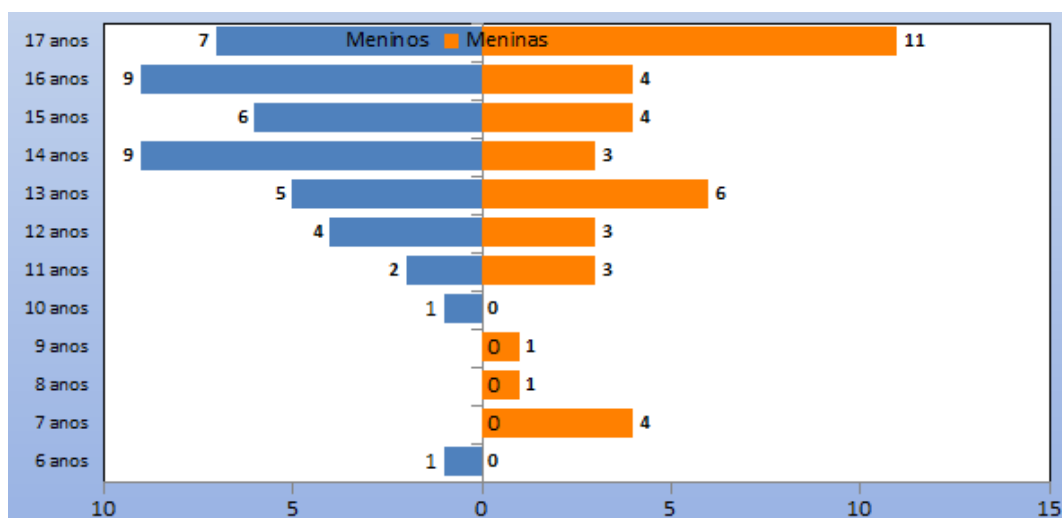
Com a análise de alguns dados do relatório e a exposição nos gráficos pudemos notar que o ano que apresentou maior número de adoções (22) de um sexo foi em 2008 do (sexo masculino). Quanto à faixa etária, o grupo que apresentou maior número de adoções na maioria

Adoção internacional em Pernambuco

dos anos foi de 6 a 8 anos de idade. Sobre cor de pele a que mais se destacou nas adoções internacionais entre os anos 2006 a 2012 foi a “morena clara”. Por fim, sobre os grupos de irmãos eles constituem aproximadamente 42% do total de crianças incluídas na lista. A tendência confirma a existência de um perfil de preferência pelos adotantes.

De acordo com a relação de crianças (atualizada mensalmente) disponíveis nos abrigos do estado inscritas no Projeto Família notamos que o perfil comum delas é justamente aquele dito inicialmente como “perfil menos almejado pelos adotantes”. Das 85 crianças na lista, todas possuem idade maior que 5 anos, boa parte são meninos e a maioria são considerados pardos (Gráficos 12 e 13).

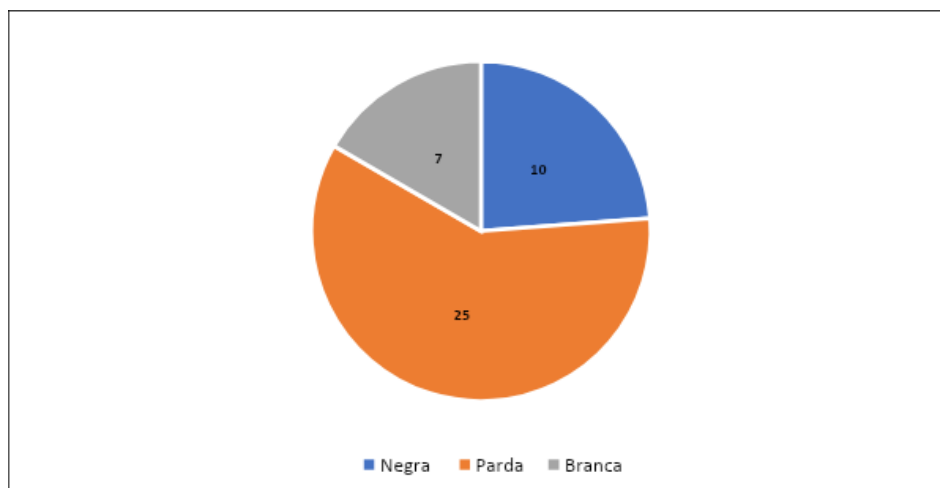
Gráfico 12: Relação do número de crianças e adolescentes disponíveis nos abrigos do estado de Pernambuco incluídas no “Projeto Família” por idade e sexo.



Fonte: Tribunal de Justiça do Pernambuco – Infância e Juventude (dados: março de 2019.)

Gráfico 13: Relação do número de crianças e adolescentes disponíveis nos abrigos do estado de Pernambuco inscritas no projeto família por cor.

Adoção internacional em Pernambuco



Fonte: Tribunal de Justiça do Pernambuco – Infância e Juventude (dados: março de 2019.)

Em relação a sexo das crianças incluídas no projeto família percebemos que há diferença (apesar de pouca) entre o número de meninos (44) e meninas (40) e sobre a idade maior parte dessas crianças estão na faixa de 16/17 anos de idade, ou seja, perto de precisarem sair do abrigo. Sobre a cor, menos de 17 % destas crianças são brancas.

Discussão

Ao observar os dados obtidos ao longo da pesquisa nota-se que a adoção internacional ainda encontra dificuldades para se desenvolver, em meio a um terreno frágil construído a partir de escândalos e preconceito ainda existente. Causando assim um problema principalmente para as próprias crianças e adolescentes, que por falta de pretendentes a adotá-los passam grande parte da vida em abrigos pelo Brasil.

No Brasil, em geral, e, especialmente no estado de Pernambuco, nota-se que a evolução das adoções internacionais se mostrou instável entre os anos de 1999 e 2019, aumentando seus números e alguns momentos e diminuindo em outros. E ainda que o estado de Pernambuco tenha se mostrado ao longo dos anos desenvolvido em projetos para incentivar o processo de adoção em relação a outros estados, ainda possuem em seus dados anuais essas oscilações significativas, tanto nas adoções nacionais quanto nas internacionais.

Deve-se então, perceber o quão frágil o assunto ainda se faz sob a sociedade para que se trate dele com maior abertura possível com a população a fim de quebrar esse “tabu” construído

Adoção internacional em Pernambuco

ao longo da nossa história. A criação de projetos que incentivem adoções tardias e de crianças e adolescentes com deficiência, mesmo que sejam por pretendentes internacionais, se faz importante, o diálogo não deve ser evitado, já que a adoção se faz uma opção importante sobretudo para crianças e adolescentes com perfil de menor interesse pelos adotantes.

Por isso, essa pesquisa nos dá um pontapé inicial para continuar essa discussão com um estudo mais aprofundado, com entrevistas aos profissionais do campo da adoção internacional no estado de Pernambuco e também fazendo, na medida do possível, um levantamento dos processos arquivados no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Onde poderemos sanar qualquer dúvida que tenha se apresentado em relação à forma que importante estado nordestino trabalha não só para a promoção das adoções nacionais e internacionais, mas também na defesa dos direitos das crianças e adolescentes que estão sob a sua proteção.

Dificuldades e soluções

A principal limitação deste trabalho foi para encontrar dados mais específicos sobre o perfil dos pretendentes, como: estado civil, faixa etária e se já possui filhos ou não. Eles ajudariam a tentar relacionar essas informações com o fato de ocorrer oscilações no número de adoções no Brasil ao longo dos anos.

Outra informação que contribuiria, é sobre as crianças e adolescentes disponíveis nos abrigos do estado de Pernambuco. Seria interessante, dados mais específicos sobre todas elas e não somente as incluídas no Projeto Família que foram expostas na pesquisa. Como, por exemplo: sexo, idade, se possui irmãos, se tem algum tipo de deficiência e há quanto tempo está no abrigo.

Além disso, houve um desafio relacionado à falta de dados específicos no período determinado para análise, algumas informações só foram encontradas de momentos entre esses anos de 1999 a 2019. Entretanto, alguns dados não estão disponibilizados, mas mesmo com a falta dessas informações foi possível desenvolver a pesquisa e os resultados encontrados foram importantes.

Ao longo de todo trabalho de pesquisa surgem dificuldades e dúvidas. Pois, nem toda informação necessária para construção da pesquisa estará disponibilizada com fácil acesso. As informações disponíveis na internet ajudam bastante, mas há casos que é necessária uma

Adoção internacional em Pernambuco

pesquisa física, entrevistas, questionários. Acredito que estes podem ser os próximos passos para pesquisas futuras sobre esta temática.

Referencias

Berger, M. V. B., & Gracino, E. R. (2005). Aspectos históricos e educacionais dos abrigos de crianças e adolescentes: A formação do educador e o acompanhamento dos abrigados. *Revista HISTEDBR Online*, (18), 170–185.

Costa, C. A., Nogueira de Moro, I., Costa Estêvão, L., Milanez Gomes, S., & Silva Lima, S. K. d. (2022). As modalidades de adoção no Brasil e uma síntese de sua evolução. *E-Civitas-Revista Científica de Direito do UNIBH*, XV(2).
<https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/3043/pdfYYY>

Deogado, M. J. C. (2007). O desejo de ter um filho... As vivências do casal infértil. 2007. 213f. Dissertação (Mestrado em Comunicação em Saúde) – Universidade Aberta, Lisboa.

Oliveira, M. L. S. de, Magalhães, C. M. C., & Pedroso, J. da S. (2013). Família adotante: estudo de caso de adoção tardia. *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, 5(9). Recuperado de <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10519>

Figueiredo, L. C. B. (1998). *Adoções Internacionais: Convenções Internacionais. Infância e Cidadania*. São Paulo: Scrinium.

Fonseca, C. (2006). Uma virada imprevista: o "fim" da adoção internacional no Brasil. *Dados*, 49(1), 41–66. <https://doi.org/10.1590/s0011-52582006000100003>

Fonseca, C. (2019). (Re)descobrimo a adoção no brasil trinta anos depois do estatuto da criança e do adolescente. *Runa, Ciudad Autónoma de Buenos Aires*, 40(2), 17–38.
http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96282019000200017&lng=es&nrn=iso

Jacobina, L. F., & De Paiva, I. L. (2019). Aconchego do lar»: Discutindo o serviço de acolhimento familiar. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, [S. l.], 18(1), Artigo 10.11600/1692715x.18103. <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/3736>.

Kuhn Junior, N., & Birk de Mello, B. (2020). A noção de infância e adolescência: Inflexões decoloniais sobre os direitos de crianças e adolescentes na América Latina. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [S. l.], 12(24), Artigo 10.14295/rbhcs.v12i24.11899. <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11899>

Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília.

Lobo, F. A. (2016). Adoção consentida e o cadastro nacional de adoção: Harmonização que se impõe. *Pensar, Revista de Ciências Jurídicas*, 12(2), 484–506.

Moura, E. B. B. d. (2020). Infância, adolescência e direitos humanos no conflituoso século XX: O direito à informação no contexto da árdua construção da democracia brasileira. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 12(24), Artigo 10.14295/rbhcs.v12i24.11904. <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11904>

Noé, B. J., & Verner, R. L. (2022). Adoção à brasileira e o confronto com o Cadastro Nacional de Adoção. *Revista Vox*, (14), 9–31. Recuperado de <http://www.fadileste.edu.br/revistavox/index.php/revistavox/article/view/15>

Pena, M. (2016). A integração de meninos e meninas a famílias adotivas na Argentina, vínculos legítimos. *Revista Latino-Americana de Ciências Sociais, Infância e Juventude*, 14 (1). <https://doi.org/10.11600/1692715x.14130130415>

Adoção internacional em Pernambuco

Pereira, P. J. 1. (2012). Adoção = realidade e desafios para um Brasil do século XXI [[s.n.]]. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280648>

Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G. d., Costa, N. R. d. A., Guimarães, L. d. A., Mariano, F. N., Teixeira, S. C. d. P., & Serrano, S. A. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 390–399. <https://doi.org/10.1590/s0102-79722012000200021>

Santos, C. A. T. d. (2012). Aspectos políticos e sociais da adoção internacional. *Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, 439–447. <http://www.abdconst.com.br/revista8/aspectosCaroline.pdf>

Scavone, L. (2004). *Dar a Vida e Cuidar Da Vida: Feminismo e Ciências Sociais*. Editora UNESP.

Veloza-Morales, MC, Forero Beltrán, E., & Rodríguez-González, JC (2023). Significados de família para as famílias contemporâneas. *Revista Latino-Americana de Ciências Sociais, Infância e Juventude*, 21 (1), 1–19. <https://doi.org/10.11600/rlcsnj.21.1.5600>